



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| | | | |
|---|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | | |
| EVENTO: Reunião Ordinária | REUNIÃO Nº: 0803/14 | DATA: 04/06/2014 | |
| LOCAL: Plenário 14 das Comissões | INÍCIO: 15h58min | TÉRMINO: 17h15min | PÁGINAS: 29 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do Relatório Final.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós distribuimos as cópias das atas da 63ª Reunião e do Seminário realizado em 27 de maio a todos os membros presentes. Eu indago sobre a necessidade de sua leitura.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu peço a dispensa da ata, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, está dispensada a leitura das atas da 63ª Reunião e do Seminário realizado no dia 27 — esse seminário discutiu o impacto das grandes obras na exploração sexual de crianças e adolescentes —, a pedido da Deputada Liliam Sá.

Eu passo, então, à discussão das atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, nós vamos passar à votação.

Os Deputados e Deputadas que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

As atas foram aprovadas.

Nós vamos, então, para a Ordem do Dia.

Nós chamamos esta reunião para discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Esse Relatório foi apresentado pela Relatora, a Deputada Liliam Sá, na nossa última reunião. Foram solicitadas vistas. Nós, então, retomamos a sua discussão neste dia de hoje. Nós vamos, em seguida, passar a leitura do texto final à Deputada Liliam Sá.

Inclusive, Deputada Liliam Sá, para que a senhora possa pontuar as alterações que foram feitas, porque, em verdade, a síntese do Relatório já é de conhecimento desta Comissão. Como houve solicitação de vistas, nós temos, então, a possibilidade de que tenha havido alterações, e essas alterações serão pontuadas.

Então, feitos esses esclarecimentos, antes de proceder à própria leitura e passar a palavra para a Relatora, eu gostaria de dizer que nós tivemos, durante todos esses meses, experiências muito ricas e muito doídas também — experiências muito doídas. Penso que, nesse correr da vida, que, segundo Guimarães Rosa, às vezes embrulha tudo, a gente vê muita coisa que não gostaria de ter visto e a gente vivencia coisas que não gostaria de ter vivenciado.



Nós tivemos a oportunidade de nos deparar com um Brasil que está, muitas vezes, escondido sob o manto da impunidade, um Brasil onde há espaços para que se perpetuem crimes tão profundos contra a infância e contra a adolescência. Roubo da infância e roubo da adolescência foi o que nós vimos em vários momentos.

Nesse sentido, não apenas nós estamos sugerindo, por meio do parecer da Relatora, uma série de indiciamentos, mas também nós estamos ofertando, a partir das discussões e do Relatório da Deputada Liliam Sá, uma série de proposições legislativas, para que nós possamos aprimorar os nossos marcos legais e proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Não temos dúvida do impacto das grandes obras. É preciso que haja licenciamento, e que sejam licenciamentos sociais; que nós tenhamos a elaboração de planos de proteção aos direitos da criança e do adolescente antes da instalação dos canteiros. Que essa seja uma das condicionantes para que nós tenhamos a instalação dos canteiros de obra.

Nós temos um pacto que foi assinado com a Presidência da CBF. É um pacto que estabelece o compromisso daquela entidade na perspectiva de que nós possamos estar vigilantes, que a Ouvidoria da própria CBF fique disponibilizada para que possa receber as denúncias relativas à existência de violência sexual nos times de base, nas escolinhas de futebol. Porque tivemos algumas audiências, aqui nesta Comissão, em que nós discorremos sobre a existência de situações de violência sexual a partir do sonho de meninos, basicamente meninos, de serem inclusos em times de marcas famosas, ou seja, nos grandes times deste País para jogarem futebol. E nesse correr da vida, chegamos à percepção e à constatação da existência de violência sexual, ou seja, a ascensão sobre o sonho. A ascensão sobre a esperança também possibilita a construção das condições para a efetivação da violência contra crianças e contra adolescentes.

Nesse sentido, nós vamos ler o Pacto. Eu gostaria de pedir ao Francisco, se puder, que nos forneça cópia desse Pacto para que nós também possamos lê-lo para o conjunto da CPI. É um pacto, uma carta de intenções para além da disponibilização da Ouvidoria da CBF para colher essas denúncias; uma carta de intenções na perspectiva do enfrentamento da própria CBF da discussão da exploração sexual e da violência sexual. É óbvio que nós precisamos responsabilizar



os times também. A responsabilidade não pode ser apenas pessoal ou não pode ser apenas em cima do treinador, mas também tem que avançar na construção de mecanismos para que nós possamos responsabilizar a escuderia, responsabilizar o time, tanto do ponto de vista penal quanto do ponto de vista cível; que possa ter responsabilidade inclusive pelo atendimento dessas crianças e adolescentes vítimas de violência sexual sob o manto desses times de futebol.

Nós estamos apresentando uma série de instrumentos, do ponto de vista legislativo. A Relatora também faz uma série de recomendações que são importantes, e obviamente que nós queremos fazer o agendamento de reuniões tanto com o Poder Executivo quanto com o Ministério Público e a Presidência desta Casa, porque estamos sugerindo que haja a criação de uma comissão permanente de defesa dos direitos da criança e do adolescente, porque entendemos que deva ser permanente.

Já tivemos algumas CPIs para discutir especificamente a exploração sexual, a violência sexual de crianças e adolescentes. Esta CPI tem contextos que são diferenciados, tanto o contexto da violência sexual nos times de base quanto das grandes obras, particularmente as grandes obras em locais distantes dos grandes centros e onde os vínculos são quebrados. As comunidades têm triplicado ou duplicado a quantidade de habitantes, portanto há uma ruptura nos tecidos sociais, o que possibilita e cria brechas para o desenvolvimento e o recrudescimento da exploração sexual.

Que nós possamos fazer o impacto das grandes obras que é deste contexto, os grandes eventos. Eu sei que o Brasil já tem grandes eventos, o Brasil já tem alguns eventos, como o Carnaval, no Rio de Janeiro e na Bahia, que recebem um fluxo grande de turistas. Obviamente que nós fizemos um seminário, antes da Copa das Confederações, há 1 ano, para um pouco server essas experiências, as experiências tanto do Estado da Bahia quanto do Estado do Rio de Janeiro, que têm fluxos estabelecidos a partir da construção de condições de eventos que agregam um grande número de turistas, mas é preciso que nós estabeleçamos normas para pautarem todos os grandes eventos, independente da realização da Copa.

Nós tivemos também um contexto diferenciado no que diz respeito à fragilidade das nossas fronteiras. Nas nossas fronteiras, nós percebemos que



aqueles que deveriam muitas vezes proteger o Brasil, proteger os brasileiros e brasileiras nas nossas fronteiras são atores e protagonistas de situação de exploração sexual.

Eu pontuaria os grandes eventos, já que o Brasil concentra alguns grandes eventos e tem certa experiência que precisa ser generalizada. Eu vou repetir aqui o que já falei em outra ocasião. Quando estivemos com o Governador da Bahia, Jaques Wagner, nós tivemos ali a constatação de que na Bahia se criam instrumentos públicos transitórios, por exemplo, creches para abrigar os filhos e filhas das pessoas que trabalham nos grandes eventos, que funcionam durante alguns dias ou pouco antes do Carnaval, e se encerram pouco depois do Carnaval, mas que são instrumentos que a gente tem que generalizar. O fluxo também é muito importante. Como é que se aciona o conjunto dos órgãos ou a rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes e se cria um fluxo que possibilite essa proteção?

Portanto, acho que são experiências que nós temos que fincar e experiências que nós temos que generalizar. Foi um período em que, como disse, algumas coisas nos marcam, e vamos carregar isso por muito tempo. Eu me lembro da fala de uma menina — vou repetir também —, numa capital do Nordeste, que, com 13 anos, há 11 anos, já publicizada, já denunciada e constatada a situação de violência sexual, ela não tinha tido qualquer tipo de atendimento. Nós vamos ver que o atendimento é precário, e é preciso que possamos discutir com o Poder Executivo — não apenas com o Poder Executivo Federal, porque o Poder Executivo Federal tem o PAIR e uma série de programas que são importantes —, e é preciso também discutir como nós vamos fazer com que os Municípios possam aderir aos programas federais. Porque no caso específico de Coari, cujo Prefeito se encontra preso ainda, nós tivemos a negativa da Prefeitura de estar conveniando com o Governo Federal.

Portanto, essas foram as experiências.

Antes de passar a palavra para a Relatora e abrir a discussão acerca do relatório, quero agradecer, com muito carinho, com muito reconhecimento, aos servidores e servidoras da CPI: ao Francisco Diniz, que foi o nosso Secretário, que atuou com extrema competência, extremo profissionalismo e com uma capacidade imensa de nos orientar pelos caminhos mais nítidos, mais claros e mais corretos, para que nós pudéssemos estar fazendo com que esta CPI pudesse acumular tudo



o que acumulou nesse período e estarmos agora trabalhando no seu relatório final; à Adsan Jacqueline; ao Carlos Eduardo; à Sônia Cordeiro: ao Renato Marques: ao Rogério Sheidemantel: à Raimunda Nonata, que é a Assistente Social que nós requisitamos do Ministério da Saúde.

Nós queremos agradecer aos operadores de audiovisual que atuaram durante as viagens e diligências, com muito esforço, com muito trabalho, trabalho noturno, muitas vezes com dificuldade de a Câmara reconhecer o trabalho noturno, mas houve locais em que estivemos e que chegamos a encerrar os trabalhos meia-noite ou por volta disso, com extrema dedicação, extremo compromisso, extremo comprometimento com este Poder Legislativo, com esta CPI, mas particularmente com as nossas crianças e nossos adolescentes. Eu quero agradecer aos Operadores de Audiovisual Luiz Carlos, Mário Guilhon, Paulo Volpe, Rodrigo Shiratori.

Quero agradecer aos servidores da Taquigrafia que estiveram conosco também, às vezes saindo de madrugada, chegando de madrugada, trabalhando intensamente, indo para o interior do Amazonas, para o interior do Pará, para que nós pudéssemos ali instalar, registrar e ter uma memória que seguramente será importante para a construção de novos caminhos. Quero agradecer a Denise Miranda, a Hely Cácia, a Eliana Ramagem, a Gladys Helena, a Graciete Oliveira, a Clóvis Bastos, a Milene Guimarães, a Denise Lúcia e a Vanessa Pimentel. Foram esses servidores e servidoras desta Casa que estiveram conosco em todos os momentos e que não estiveram apenas cumprindo burocraticamente a sua função enquanto servidores efetivos desta Casa, mas estiveram se emocionando, compartilhando, se envolvendo, num profundo sentimento de pertencimento.

Eu gostaria, portanto, de agradecer aos servidores desta Casa, a Maristela Carvalho, que esteve conosco em todas as diligências que fizemos, trabalhando com muito afinco para publicizar, para poder levantar os dados, para municiar esta CPI nas suas diligências, nas suas inquirições.

Queremos agradecer aos servidores e servidoras de todas as Assembleias Legislativas estaduais. Nós queremos aqui reconhecer a disponibilidade, a generosidade das assembleias estaduais onde estivemos, que foram nossos grandes pontos de apoio, numa construção de rede legislativa de enfrentamento à



exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, nós tivemos, sem dúvida nenhuma, o apoio de todas as assembleias estaduais, cedendo os recursos humanos, cedendo os recursos logísticos, a infraestrutura necessária para que nós pudéssemos desenvolver o nosso trabalho. Agradeço aos presidentes de todas as assembleias legislativas para, em nome deles, agradecer ao conjunto dos servidores.

Quero agradecer à Polícia Federal, que esteve conosco em todas as diligências, protegendo-nos e assegurando-nos que teríamos as condições necessárias para efetivar os trabalhos. Muitas vezes estivemos sob ameaça, e a Polícia Federal foi o porto seguro nessa perspectiva.

Quero agradecer, em particular, ao Deputado Estadual Luiz Castro, do Estado do Amazonas, que acabou por sugerir, também, junto com outros Parlamentares, uma CPI no Estado do Amazonas com o mesmo objeto desta CPI, mas com o recorte e a profundidade necessária para desvendar todos os casos de exploração sexual.

E, por fim, quero agradecer aos profissionais da imprensa, que estiveram conosco e que, em vários momentos, foram importantes e fundamentais para que nós pudéssemos denunciar a impunidade e romper o manto da impunidade. Eu diria que se hoje nós temos pessoas presas — e temos várias pessoas presas: tivemos prisões em Santa Catarina, tivemos prisão no Rio de Janeiro, tivemos a prisão do Prefeito de Coari, que se encontra preso até hoje, e que, com todos os recursos que tem ofertado, não conseguiu se libertar da prisão —, nós devemos, em grande parte, ao próprio trabalho da imprensa, que nos ajuda a estar rompendo com a impunidade.

E quero agradecer, ainda, ao Presidente da Câmara dos Deputados — e Deputadas —, portanto, à Câmara Federal, que autorizou as despesas para viabilizar os trabalhos desta CPI, particularmente os trabalhos fora de Brasília.

Então, com esses agradecimentos e com a nossa mais profunda gratidão pelo empenho de todos... Acho que a gente estabeleceu uma relação que foi além da relação funcional. Mas, através da relação funcional, nós conseguimos construir vínculos, e vínculos que foram forjados na defesa de direitos de crianças e adolescentes são, portanto, vínculos muito permanentes e muito duradouros.



Obviamente, nós temos que agradecer ao nosso Consultor José Ribamar, que conseguiu transformar em proposições... Ele esteve um período de licença, mas retornou a tempo de deixar a sua marca nos trabalhos desta CPI. Quero agradecê-lo profundamente por todo seu empenho.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidenta, como V.Exa. sabe, há muitas atividades que, e já nos solicitam a presença, acontecem simultaneamente. E como a sessão começou um pouco atrasada, eu tenho agora uma outra atividade e infelizmente não vou ficar para a leitura pública do relatório. Mas quero deixar claro que o relatório foi lido minuciosamente. Todas as alterações sugeridas foram acatadas pela Deputada Liliam Sá, exceto uma especificamente, mas ela me disse qual era a razão de ela não acatar uma das sugestões, e eu concordei com os argumentos dela.

Quero deixar claro que quero parabenizá-la pela produção do relatório, pelo trabalho que realizamos na CPI em diferentes momentos, e lamento por não poder ficar, infelizmente, para a leitura, Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deixe-me só responder ao Deputado Jean Wyllys...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado Jean Wyllys, eu poderia sugerir, só para que V.Exa. pudesse participar, que a Relatora, como já foi lido o relatório, apenas pontuasse as alterações, e aí seria mais rápido, e a gente entraria na discussão das alterações sugeridas pelos membros da CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, eu li o relatório, e as solicitações foram todas acatadas pela nossa Relatora. Nós temos apenas que, terminada a votação, fazer a ata, porque a ata desta reunião tem que ser feita hoje.

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça teve o seu genitor falecido e não está presente. Eu sou o 1º Vice-Presidente e devo, agora, no plenário 5, presidir uma sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não pode, Deputado Luiz Couto, ficar apenas para uma leitura das alterações?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para mim, se a Relatora acatou, não há nenhuma divergência também. Nós estamos de acordo com o relatório, porque a



Relatora, de forma democrática, aceitou todas as orientações, tudo aquilo que nós propusemos como acréscimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixem-me só eu pedir compreensão, rapidamente, porque como V.Exas. contribuíram e sugeriram alterações, apenas para constatar... Então, seria uma leitura rápida das alterações feitas pela Relatora, das alterações, e a gente abre a discussão *a posteriori*. Pode ser, Deputado Jean, porque, se porventura, alguma coisa não foi contemplada, o momento é agora.

Então, Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu serei breve. Eu ia até ler novamente o que eu li no primeiro relatório, porque tem muitas pessoas perguntando. Tem até a questão da mídia, que está perguntando das alterações. Mas eu posso ler depois. Então, eu vou entrar já nas alterações. Na semana passada foi pedido — foram pedidos do Deputado Luiz Couto e do Deputado Jean Wyllys —, pelo Deputado Jean Wyllys, que retirássemos as nomenclaturas “prostituição infantil” e substituíssemos por “exploração sexual de crianças e adolescentes”, sugerida por V.Exa. Foi acatado. Apenas eu não pude retirar do relatório quando se tratava de algum depoimento de uma pessoa. Eu não podia mudar a sua fala, mas nas outras foram todas feitas.

E também, a sugestão do Deputado Luiz Couto era para encaminhar aos órgãos estadual e federal do Ministério Público e também as Polícias Estaduais e Federais, conforme as respectivas competências e atribuições para promover a persecução criminal das pessoas indiciadas no item 11 deste relatório, em razão de suas condutas delitivas, assim como em relação às demais conclusões contidas no relatório final, e também quanto aos casos que ainda precisam ser solucionados.

Então, nós pedimos — e eu peço até que conste no meu relatório final, os nomes dessas pessoas, porque não deu tempo de passar para o nosso Relator — que conste que nós fizemos uma lista. Nessa lista, as pessoas que serão investigadas pelo Ministério Público são: Adilson Garcia da Silva; Edmilson Garcia da Silva; Asclepiades da Costa; Carlos Alberto Ferreira de Castilho; Casemiro Peixoto Vieira; Glaci de Fátima Morais e Silva; Daniel Geraldo Lopes; Janaína Tomaz Ribeiro; José Lauro Rocha da Silva; Juscelino de Souza Motta; Jussara da



Silva Santana; Leilson Rocha da Silva; Marcos Pereira da Silva; Nerinalva Najane Gomes Ferreira; Oscar Cruz Hagge; Osglébio Fernandes da Gama, vulgo Canarana; Munir Sadeq Ramunieh; Valcimar de Souza; Wilkens Maciel Fernandes; Wilson Cruz das Neves. Esses aqui serão inclusos no nosso relatório final — passo à mão de S.Exas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Os indiciamentos foram 37.

Ao Ministério da Justiça — que V.Exa. pediu —, e se possível à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para que adote medidas cabíveis em relação à criação e fiscalização de delegacias especializadas no atendimento de crianças vítimas de exploração sexual e adolescentes nas comunidades apuradas por esta Comissão — que também já estava incluso no relatório.

À Confederação Brasileira de Futebol — CBF, visando à supervisão da atividade relacionada às escolinhas de futebol — que também já estava contemplada no nosso relatório.

Ao Ministério da Justiça, sugerindo a criação do Órgão Fiscalizador de Abrigos — esse aqui que eu acatei como muito importante — de crianças e também de adultos em situação de vulnerabilidade.

Ao Ministério da Justiça, sugerindo a ampliação do número de acordos operacionais entre Polícia Federal e as polícias de outros países no sentido de ampliar o combate à exploração de menores, de crimes de rufianismo, além da criação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Exploradas, visando à identificação e acompanhamento provisório para o órgão competente.

A destinação de recursos orçamentários para reestruturar os conselhos tutelares dos Estados e Municípios do Brasil.

E também — aquela questão que o senhor fala — a indicação dos órgãos responsáveis em todos os casos averiguados por esta Comissão Parlamentar, para que esses órgãos deem continuidade às investigações, foi acatada.

Eu vou passar agora...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada Liliam, só para esclarecer. Eu sugeri que não só no texto do relatório a expressão “prostituição infantil” fosse substituída por “exploração sexual de crianças e adolescentes”, como eu pedi como



indicação à imprensa, que na sua cobertura das violências contra a criança o termo fosse substituído, porque a prostituição pressupõe uma adesão consciente por uma prática, por uma oferta de um serviço sexual, e uma criança não faz oferta consciente de serviços sexuais. Uma criança é explorada. Então, o termo “prostituição” deve se restringir à atividade adulta. Isso é fundamental. Eu pedi que o relatório indicasse isso.

Uma outra questão é quanto ao termo “abuso sexual”, porque o termo “abuso” pressupõe um uso. Se a gente fala em abuso sexual, é porque há um uso sexual. Abuso é quando você passa do limite. Então, substituir todo termo “abuso” por “violência sexual”. Não existe uso sexual numa relação com a criança para pressupor um abuso. Existe violência sexual contra a criança.

Então, essas foram as minhas sugestões.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estão acatadas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Estão acatadas, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aqui ele vai ver a página. Nós fizemos uma página explicando isso, está bom?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ótimo! Bacana. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Violência, Deputado Luciano, os dois aspectos. É preciso que a gente busque uma nova nomenclatura, porque a violência envolve...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Vários tipos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Tem vários tipos de violência.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E que indique à imprensa, sobretudo. O relatório tem de indicar isso para imprensa. Indicar que a imprensa use uma outra nomenclatura quando fizer a cobertura.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Antes de passar a palavra ao Deputado Jordy, eu queria anunciar a presença da Sra. Silvia Giugliani, Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e também a do Alexandre Alves, que é Chefe da Unidade de Repressão aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil, da Polícia Federal.



Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy. Em seguida, nós vamos para a apreciação e votação do relatório.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputada Liliam...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu preciso citar as pessoas indiciadas, porque eu não tive tempo ainda de falar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Fale.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Antes que V.Exas. saiam. É para vocês também saberem, porque eu apresentei e não falei o nome das pessoas. Então, seria importante que vocês também tomassem ciência.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Vamos fazer o seguinte: vamos passar de volta a palavra à Relatora. A gente teve uma preocupação de apenas contemplar as alterações que foram sugeridas pelo Deputado Jean Wyllys e pelo Deputado Luiz Couto...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu ainda não tive oportunidade de ler com a atenção devida o seu relatório, mas já conversamos muito sobre ele, e quero, Deputada Liliam, parabenizá-la pelo trabalho.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada!

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu sou testemunha do quanto V.Exa. tem se dedicado a essa tarefa com empenho, com dedicação, com isenção, procurando investigar as razões pelas quais esse fenômeno da exploração, da violência — e, com licença, Deputado Jean Wyllys, concordo com as suas observações, mas permita-me ainda usar o abuso aqui, indevidamente — com relação à criança e adolescente.

Uma discussão que se vem fazendo há algum tempo, e eu queria saber se o relatório de V.Exa. contempla esse aspecto, é que precisamos garantir no Orçamento um recurso no sentido de ampliar o serviço do Disque 100. Eu conversava, inclusive, tirando as minhas dúvidas, com a ex-Ministra Maria do Rosário, porque, no ano passado, nós discutimos, inclusive, emenda parlamentar e foram pouquíssimos, pouquíssimos, raríssimos Deputados — e eu não estou aqui fazendo nenhuma crítica a ninguém, porque as prioridades vão se construindo nos



nossos mandatos, muitas vezes, à revelia do que a gente considera prioridade e sempre as demandas são infinitamente maiores do que a capacidade de atendê-las via emenda parlamentar —... Então, muito pouca coisa foi destinada, mas eu acho que isso não pode ficar submetido a emenda parlamentar. O Disque 100 é a ferramenta mais fértil e mais eficaz, que tem ajudado o Brasil, de ponta a ponta, a enfrentar essa chaga social, essa tragédia humana que é a exploração e a violência sexual de crianças e adolescentes.

Então, nós não podemos sequer correr o risco de colapsar o Disque 100 por falta de investimento, de aporte tecnológico, de garantias orçamentárias, para que essa ferramenta não sofra nenhum risco de abalo. Nós sabemos que está sofrendo risco de abalo, porque, na medida, que o programa dá certo, a tendência é ele se multiplicar, é ele se tornar mais demandado, e a gente sabe que isso são plataformas de atendimento que dependem de investimento.

Então, essa é a observação que eu reputo como importantíssima que saia como recomendação, e que a gente possa envidar os esforços necessários para garantir isso no Orçamento, conversando com a Secretaria Nacional, vendo com o Governo, com o próprio Relator do Orçamento de 2015, para que a gente possa garantir os recursos necessários para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Deputada Liliam, eu vou lhe passar a palavra para que V.Exa. possa responder, mas eu não tenho nenhuma dificuldade que isso seja incorporado. Depois, vamos ter alguns encaminhamentos. Nós vamos agendar com o Poder Executivo, com o Ministério Público e com o Presidente da Casa. Eu sugiro que, agendando com o Presidente da Casa, que possamos também conversar com o Presidente da Comissão de Orçamento, para que S. Exa. possa considerar essas sugestões.

Passo a palavra à Relatora, Deputada Liliam Sá, para que S.Exa. possa discorrer sobre o relatório e também responder à questão sugerida pelo Deputado Jordy, na medida em que as outras questões, como foram encaminhadas ainda no começo desta semana, já foram prontamente respondidas, as questões elaboradas pelos Deputados Jean Wyllys e Luiz Couto. E Se V.Exa. quiser fazer a leitura novamente, fique à vontade para utilizar o tempo da melhor forma que achar necessário.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É preciso?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Precisa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) -Eu achava melhor ler novamente por causa da imprensa que está aqui, e porque eu não vou precisar ficar repetindo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Então, leia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) -O que eu li na semana passada, quando eu apresentei

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O quê? Se for alguma coisa, venha falar aqui, por favor.

Eu apresentei o nosso relatório final. Nós começamos com a CPI, em abril de 2012, e já tem 2 anos. Nós percorremos 12 Estados. Realizamos 63 reuniões na Câmara dos Deputados; 36 diligências, entre audiências públicas, reuniões com Governadores, Ministros, empresas privadas e públicas, organizações não governamentais, representantes da sociedade civil; tivemos duas audiências e dois seminários: um, sobre a Copa do Mundo; e outro, sobre impacto das grandes obras.

Nessas diligências, infelizmente, nós não encontramos um cenário satisfatório, Silvia, da situação das nossas crianças no que diz respeito ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos Estados visitados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olhá só, eu vou ter de interromper de novo. Eu vou ter que votar, primeiro, o relatório.

Então, eu vou falar dos indiciados, e depois eu falo das outras coisas, das outras providências, porque pode começar a Ordem do Dia, e a gente não aprovar o relatório, está bom?

Vou ler rapidamente os indiciados. São 37 nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Vou fazer o seguinte, Deputada Liliam... Exatamente, leia os indiciados, a gente submete à apreciação e, depois, nas considerações finais V.Exa. pode... porque o relatório já foi lido.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Já foi lido. É só para quem...



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - E as alterações também foram lidas no dia de hoje.

Então, passo para a Deputada Liliam, para ler os indiciados. A gente submete à votação e depois continua a discussão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vocês me desculpem, mas é a falta de tempo.

Então, em face dos delitos apurados durante as investigações, a CPI identificou, após colher vários depoimentos, uma série de evidências claras do envolvimento de algumas pessoas em rede de exploração sexual ou que exploraram sexualmente de crianças e adolescentes, e decidiu pelos seguintes indiciamentos:

O cabeça de chapa: Manoel Adail Pinheiro. Nós o indicamos por estupro de vulnerável, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, e associação criminosa.

Maria Lândia Rodrigues dos Santos, Haroldo Portela de Azevedo, Elias Nascimento dos Santos e Anselmo Nascimento Santos como incurso nas seguintes penas: favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (244-A), associação criminosa — você podia ir acompanhando e me dizendo só os artigos, por favor —; José Maria de Aguiar, estupro de vulnerável (217-A), favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (218-B), e associação criminosa (288 do Código Penal), e o 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Jaime Levi Paiva: (217-A) Estupro de vulnerável, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, e associação criminosa (Art. 288 do Código Penal).

Adriano Teixeira Salan: estupro de vulnerável e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (Arts. 218-B; 217-A), e por outros (288 e 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Fábio Martins Marques: estupro de vulnerável (217-A), e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (218-B), e associação criminosa (288-B do Código Penal) e outro (244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente).



Altair Nogueira: (218-B, 288, 240, 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente), por favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, e associação criminosa.

Davi de Souza: (218-B), pelo favorecimento da prostituição; (288), associação criminosa, e outro (240, 243 e 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Cleiton Higino Gomes: favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (Art. 218-B); e associação criminosa (288, 240, 243 e 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Márcio de Souza: favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (Arts. 218-B; 288; 240, 243 e 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Carlos José Valadão Ximenes: favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, e associação criminosa (Arts. 218-B; e 240, 243, 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Daniel Maciel Gomes: penas previstas nos arts. 344 e 347 do Código Penal — coação e fraude processual.

Fernando Marinho de Melo: está incurso nas penas do art. 231-A, do Código Penal — tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual —, mais o 244- A.

Agora, todos os nomes seguintes que nós ouvimos na Operação Estolcomo da Polícia Federal estão incursos nas penas do art. 244-A: Anílson Jaime Rodrigues; Francisco Carlos Ferraz Feitosa; Janaína Tomaz Ribeiro; Jian Marcos Adalberto; Luciana Canoe Silva; Oscar Cruz Hagge; Pablo Thiago Gomes de Carvalho; Paulo Sérgio Montenegro Vieitas; Tayla Silva de Souza; Vitório Nyenhuis; Walcimar de Souza Oliveira; Waldery Areosa Ferreira; Waldery Areosa Ferreira Júnior; Fausto de Souza Neto; Aldamor Rodrigues de Albuquerque; Jose Roberto Affonso; Raimundo Sales de Queiroz Pedrosa; Asclepiades Costa de Souza; Casemiro Peixoto Vieira; Wilkens Moacir Maciel Fernandes.

Nilson Nelson Machado (conhecido como Duduco), ex-Deputado Estadual de Santa Catarina, como incurso nas penas seguintes: Art. 217-A, estupro de vulnerável.

Agora, quanto a essa menina aqui, a Tayla, houve um erro na digitação. A Tayla Silva de Sousa não está sendo indiciada. Ela foi vítima. Eu faço uma recomendação e peço ao nosso Consultor que faça essa retificação, porque a Tayla



foi vítima também. Ela era adolescente e fazia os programas. Nós resolvemos tirar o nome da Tayla daqui. Então, no total são 36.

Nós apresentamos 11 projetos de lei: o que faz a requisição de dados cadastrais de usuários da Internet pela Polícia Federal; estupro de vulnerável, independente de consentimento da vítima; aumento de pena por estupro de vulnerável praticado por familiares; prazo para laudo pericial; escola de formação de atletas; banco de DNA de pedófilos; contrato das grandes obras; federalização dos crimes sexuais contra vulneráveis, que é uma PEC — a única PEC, os outros são PL —; certidão negativa de quem trabalha com crianças; perda de alvará dos postos de gasolina que favorecem a exploração sexual de crianças; e alvarás específicos para boates e casas de espetáculos. É que usam alvarás para bares, que acabam virando boates, como aconteceu lá em Belo Monte.

São essas as considerações. Eu queria colocar em votação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos, então, colocar em discussão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu já falei esses nomes. Já li os nomes e já pedi para incluir também no...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há também os nomes que já foram lidos. São nomes cujas convocações foram aprovadas, mas não tivemos tempo hábil para fazê-las. Esses nomes estão sendo encaminhados ao Ministério Público para proceder ao processo de investigação.

Então, vamos colocar em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Deputados e Deputadas que aprovam o relatório com as alterações sugeridas...

Antes disso, eu só queria que a Relatora pudesse deixar claro se acata a sugestão do Deputado Jordy acerca do orçamento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, já está anotado. Vai constar no nosso relatório final.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, com o adendo da sugestão apresentada pelo Deputado Arnaldo Jordy, as demais alterações e sugestões do Deputado Jean Wyllys e Luiz Couto...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a minha também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... e da própria Relatora... Também já foram incluídas as sugestões dos Deputados Jean Wyllys e Luiz Couto. Já foram lidas. Os nomes, a alteração que houve também, dos que não conseguimos escutar ou que foram convocados estão sendo encaminhados ao Ministério Público. E há a sugestão do Deputado Arnaldo Jordy, que foi acatada e será inclusa.

Com essas considerações, coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos proceder à votação.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com o relatório e o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O relatório foi aprovado.

Aprovado o relatório, nós vamos passar a palavra à Relatora para que possa fazer suas considerações, possa discorrer e, inclusive, ler mais uma vez — o relatório já foi lido — a apresentação do seu relatório, para que nós possamos, então, caminhar para o encerramento desta reunião.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deputada Erika Kokay, senhoras e senhores que estão presentes, imprensa, eu me sinto muito satisfeita com o resultado final da CPI. Foram quase 2 anos em que nós percorrermos — quero fazer uma retificação, nós falamos 12 Estados — 13 Estados. Foram 13 Estados em que nós fizemos visitas e diligências.

Eu me sinto muito satisfeita com o resultado do trabalho. Quero agradecer a V.Exa., Presidente, que, através de sua experiência como Deputada, me ajudou muito. Então, quero agradecer publicamente à Erika Kokay. Pude aprender muito com V.Exa. Foi um tempo bom que passamos juntos.

Você já fez os agradecimentos aos servidores. Eu ratifico também, agradecendo todos que nos ajudaram e abriram os caminhos para que a gente pudesse fazer esse relatório, que ficou primoroso e vai servir também como ferramenta de estudo para as universidades. Vai ficar um bom legado.

Quero dizer para vocês que, infelizmente, nessas nossas viagens nós não encontramos um cenário satisfatório na questão do enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. E uma das questões foi a questão orçamentária.



O Deputado estava falando do Dique 100. Mas nós também não encontramos orçamentos satisfatórios. As redes de proteção às crianças e aos adolescentes são redes que acabam se tornando vulneráveis.

Há também a questão das delegacias especializadas. Quando há uma delegacia no Estado, não funciona 24 horas. Isso faz com que nossas crianças também fiquem à mercê da vulnerabilidade.

Outro ponto que nós encontramos foi a demora na expedição dos laudos — nós estamos apresentando projeto de lei — que comprovam abuso o sexual. Isso contribui com a impunidade, porque quanto mais demora para se dar o laudo, não vira inquérito; não virando inquérito, não vira processo; não virando processo, não dá em nada.

Muitas vezes vimos meninas... Havia uma menina, como aconteceu em Pernambuco, que vivia nas ruas. Essa menina queria voltar para casa e não conseguiu voltar para casa, porque, quando chegava em casa, ela sofria abuso sexual. E por isso ela estava nas ruas. Nós estamos fazendo, no nosso relatório final, uma recomendação também para que haja casas de acolhida para essas crianças. Os Conselhos Tutelares em todos os Estados funcionam em péssimas condições. Foi também um dos pontos de vulnerabilidade que nós achamos nessas nossas viagens.

Nós damos como vitórias da CPI os encaminhamentos que nós recebemos de denúncias, como no caso do Adail, que acabou sendo preso. Essa quadrilha continuava atuando em Coari e coagindo as pessoas. Foi muito triste a gente estar lá no Amazonas vendo a situação daquelas pessoas. Em Minas Gerais, o caso do Vereador Altair. Em Santa Catarina, o do ex-Deputado Duduco. Isso são algumas considerações, vitórias que nós entendemos que a CPI alcançou o objetivo. No Rio de Janeiro, o do Fernando Marinho de Melo, que foi julgado e condenado a 7 anos, em regime fechado, pelo sequestro de Larissa Gonçalves, no Bairro de São Cristóvão.

No caso da Operação Estocolmo, nós pudemos ouvir todos os envolvidos e pedir as considerações ao Ministério Público. Após colher os depoimentos, chegamos à conclusão de que eles usaram do poder e do dinheiro para explorar sexualmente aquelas adolescentes que aparecem no processo.



Pedimos algumas considerações, que vamos destacar agora: Plano Emergencial de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Este Plano objetiva, entre outras atividades, a reformulação das funções das Delegacias de Crianças e Adolescentes, com vistas a um trabalho de orientação e não somente de punição, tratamento psicológico adequado às vítimas de exploração sexual e suas famílias; Programa Público de Planejamento Familiar, já que a maternidade indesejada e a paternidade irresponsável são fatores que contribuem para a exploração infanto-juvenil; informação às famílias sobre a exploração sexual e a adoção, nos currículos escolares, de disciplinas que contribuam para a prevenção e o combate à exploração sexual de adolescentes; liberação rápida e efetiva de recursos orçamentários para os diversos programas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, para os Conselhos Tutelares e para as delegacias especializadas no atendimento a crianças e adolescentes.

Então, a questão do orçamento está respondida aqui, Erika. Nós já tínhamos acatado essa questão. Está bom?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Adoção de políticas que gerem aumento de emprego, iniciativa do Poder Executivo na elaboração de projeto de lei que disponha sobre a matrícula, nas embaixadas brasileiras, da adoção internacional; realização de campanhas pelo Governo, durante a realização dos grandes eventos, com o objetivo de prevenir e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes; responsabilização e punição de agentes públicos que não destinarem adequadamente os recursos públicos destinados a políticas de assistência a crianças e adolescentes.

Tendo em vista os fatos apurados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, decide-se pela realização dos seguintes encaminhamentos: à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para as providências de sua alçada, incluindo a tramitação dos projetos de lei oferecidos por esta Comissão, visando ao combate e à punição da exploração sexual de crianças e adolescentes; ao Ministério Público Federal para a adoção de medidas cabíveis, como titular da ação penal, nos crimes envolvendo condutas que caracterizem a exploração sexual de crianças e adolescentes ou outro crime de ação penal pública, nos casos investigados por esta



CPI que constam neste relatório; aos Ministérios Públicos Estaduais para a adoção de medidas cabíveis nos crimes apurados por esta CPI nos Estados, em especial os casos das meninas de Guarus, no Rio de Janeiro; de Altair Nogueira, em Minas Gerais; de Adail Pinheiro, no Amazonas, e ao Duduco, em Florianópolis; ao Conselho Nacional de Justiça para as seguintes providências: apuração de irregularidades ou desídia de magistrados na apreciação de processos submetidos à sua jurisdição, decorrentes da prática de crimes contra crianças e adolescentes; funcionamento de varas da infância e da juventude pelo período de 24 horas; criação de novas varas da infância e da juventude voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes que sejam vítimas de crimes; ao Ministério da Justiça para as seguintes providências: adoção de medidas cabíveis com relação à criação de delegacias especializadas no atendimento às vítimas de abuso sexual, bem como para as providências cabíveis com relação à omissão de autoridades sujeitas ao seu poder hierárquico em questões envolvendo ilícitos praticados contra crianças e adolescentes, e contratação de psicólogos em delegacias especializadas no atendimento a crianças e adolescentes; ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis no âmbito do controle e da fiscalização da entrada e saída de pessoas que possam ser vítimas ou agressores em crimes de natureza sexual, principalmente envolvendo crianças e adolescentes; à Polícia Federal para as devidas providências na apuração e repressão dos crimes de exploração sexual praticados por quadrilhas com atuação em diversas partes do território nacional bem como em nível internacional; à Polícia Rodoviária Federal para fins de fiscalizações em terminais rodoviários; ao Poder Executivo — Federal, Estadual e Municipal — para as seguintes providências: que nos contratos administrativos conste cláusula de proteção à infância e à adolescência; que não haja nenhum repasse de verbas públicas para qualquer tipo de produção artística e musical que faça apologia à exploração sexual de crianças e adolescentes; que a realização de grandes eventos e grandes obras públicas seja sempre acompanhada de um estudo de impacto nos direitos da infância e da juventude — isso corresponde a uma das considerações que a Deputada Erika Kokay fez questão de destacar durante as discussões dentro desta CPI; a criação de delegacias especializadas no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de crimes; que nas delegacias de Polícia Civil seja assegurado



o tratamento prioritário a crianças e adolescentes vítimas de violência, que deverão aguardar em lugar reservado; à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para o acompanhamento permanente dos temas ligados à exploração sexual de crianças e adolescentes; à Comissão de Seguridade Social e Família para o acompanhamento permanente dos temas ligados ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além disso, a nossa Proposta de Emenda Constitucional pede a federalização dos crimes sexuais praticados contra vulneráveis, alterando o art. 109 da Constituição Federal — a partir de agora, aprovado o relatório, vamos começar a correr, pedindo o apoio dos Deputados desta Casa —, que passaria a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação: “*os crimes sexuais praticados contra vulnerável*”.

São essas as considerações que constam nos nossos relatórios.

Eu quero ainda dizer que, no quadro que encontramos no Brasil inteiro, vimos que miséria, o desemprego, a desestruturação familiar e a violência doméstica são fatores que ajudam a empurrar nossas crianças e adolescentes para a exploração sexual.

Então nós temos que avaliar, enquanto Parlamentares, nesta CPI, qual a contribuição que estamos dando. Eu acho que estamos deixando um legado, Deputada Erika, importantíssimo para a sociedade e para esta Casa. Nós sabemos que esses exploradores variam. São quadrilhas organizadas que, quando combatidas num Estado, vão para outro; quando combatidas numa comarca, vão para outra; e elas interagem entre si.

A nossa maior tristeza é que nós vimos pessoas que deveriam proteger nossas crianças e adolescentes, e não o fazem; políticos envolvidos em rede de exploração e abuso sexual. O mais triste é a gente constatar que aqueles que foram eleitos pelo povo, que receberam o voto do povo, a confiança do povo, são verdadeiros lobos com pele de cordeiro. São predadores de infância, predadores da inocência de muitas crianças e muitos adolescentes.

Nós constatamos também que, nas grandes cidades, a questão das drogas influencia muito. Eu acho que tem que se combater mais o tráfico de drogas e



fortalecer as nossas fronteiras. E estão querendo nesta Casa legalizar a maconha para fins recreativos.

Vocês veem em quantas coisas ainda temos que avançar para proteção integral das nossas crianças e adolescentes. Eu creio que os Governos têm que passar a prestar mais atenção nas crianças e adolescentes, os quais eles têm a responsabilidade de proteger e não protegem.

Quero destacar que eu espero que a Copa do Mundo seja um evento maravilhoso e não venha aumentar a questão do turismo sexual com as nossas crianças. Como saiu aí fora, o Brasil está em quarto lugar no *ranking* da pedofilia. Nós não queremos essa imagem para o nosso País. Queremos a imagem de que o Brasil cuida das suas crianças, o Brasil se importa com as suas crianças.

Ontem eu fiquei muito triste quando foi votada nesta Casa a questão do PNE. Na minha visão, esse dinheiro deveria ir para as escolas públicas. Na minha opinião, mais uma vez, as crianças pobres e negras do nosso País perderam uma oportunidade — uma oportunidade de ouro —, e, mais uma vez, o setor privado ganhou.

Enquanto criança não for prioridade no Brasil, como fala a nossa Constituição, nós não vamos avançar. Vão sempre existir crianças sendo aliciadas, crianças sendo exploradas sexualmente. E nós não vamos avançar numa política pública verdadeira que possa combater todas essas mazelas. Nós precisamos enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós precisamos enfrentar o abuso que as nossas crianças estão sofrendo. Nós precisamos de campanhas, campanhas para trabalhar com a prevenção.

Enquanto os meios de comunicação — e há até um projeto de lei em tramitação nesta Casa — não dispuserem de até 10 segundos para fazer campanhas contra exploração sexual ou abuso e divulgarem políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, não vai chegar até aquela comunidade carente, até aquela casa que não tem às vezes nem luz, a informação para aquela mãe, para aquele pai.

Nós encerramos o nosso trabalho sabendo que, enquanto houver ausência de políticas básicas de habitação, geração de empregos, educação, saúde e



segurança, nós vamos ter essa questão desumana da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu quero encerrar as minhas palavras nesta CPI, agradecendo, de todo coração, à imprensa que fez a cobertura lá do Amazonas, à Rede Globo, que fez a cobertura toda e acompanhou a gente: a *TV Amazonas*, *A Crítica*, o *SBT*, a *Band*, a *TV Record*, todos que nos ajudaram muito, levaram nosso trabalho e divulgaram o nosso trabalho. Então, agradeço também à mídia, à imprensa falada e escrita, que nos auxiliou, porque é muito importante a gente ter essa ferramenta. Se vocês não forem porta-vozes do que acontece no Brasil, do que acontece neste Congresso Nacional, nós não vamos alcançar muitas coisas, não vamos avançar na questão da proteção integral das nossas crianças e adolescentes.

Então, quero agradecer a todos os servidores desta Casa que nos acompanharam, ao Francisco, nosso Secretário, e, na pessoa dele, eu cumprimento a todos. Como a Deputada Erika já o fez, eu não vou ser repetitiva, tá? Muito obrigada, Jacqueline; obrigada, Maristela; obrigada, José Ribamar, Ramona, Hely Cácia e Juliana. A todos vocês eu agradeço: muito obrigada. E até a próxima CPI, né? Esta foi a única CPI que não acabou em pizza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. Bom, eu queria apenas registrar que na pag. 656 do Relatório consta uma proposta de emenda à Constituição, mas a CPI não tem competência legislativa para apresentar proposta de emenda à Constituição, de acordo com o que está no art. 60 da Constituição Federal e no art. 37, inciso I, do Regimento Interno. De forma que essa proposta que consta do relatório será assumida pela Deputada Liliam, por mim e pelos membros da CPI que o quiserem, até porque tem uma tramitação especial para proposta de emenda constitucional que envolve inclusive uma assinatura. Enfim, ela foi gerada na CPI e agora passa a ter a autoria dos Deputados e Deputadas que o quiserem.

E vou ler o Pacto pela Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes Brasileiros, realizado com os clubes esportivos.

“A CPI da Exploração Sexual da Câmara Federal foi instituída para investigar os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes e, a partir de diagnóstico elaborado por meio de diligências, audiências



e outros instrumentos legislativos, elaborar relatório indicando ações de indiciamento e criação ou alteração de políticas públicas, com vista ao estabelecimento de novos marcos referenciais para a atuação do Estado brasileiro.

Dentre os fatos já verificados pela CPI, destacam-se os maus-tratos e a exploração sexual de jovens praticados no âmbito das escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.

Esses atletas são submetidos a diversos riscos, e as famílias sequer ficam sabendo das condições a que são expostas essas crianças e adolescentes durante o treinamento esportivo. Por essa razão, a CPI considerou oportuna a realização de um pacto com os clubes esportivos, com o objetivo de promover a defesa desses jovens atletas, tendo em visto o disposto no art. 227 da Constituição Federal, cujo teor é o seguinte:

‘É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.’

Em face do exposto, comprometemo-nos a envidar esforços, a partir dessa data, visando à adoção das seguintes medidas:

- 1. Apoiar campanhas educativas no âmbito dos clubes esportivos, alertando para os riscos da exploração sexual e do trabalho infantil.*



2. Apoiar as linhas e montantes orçamentários adequados para a efetivação plena das campanhas educativas.

3. Qualificar profissionais que atuam no treinamento esportivo de crianças e adolescentes para atuação preventiva e de proteção aos direitos de crianças e adolescentes.

4. Adotar providências para prevenir o tráfico interno e externo de atletas.

5. Usar a ouvidoria da CBF para receber denúncia de maus-tratos e de exploração sexual de crianças e adolescentes.

6. Solicitar o registro de escolas de formação de atletas nos clubes, nos conselhos tutelares e nas respectivas federações.

7. Esclarecer os pais acerca das condições a que são submetidos os alunos das escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.

8. Fiscalizar as atividades realizadas pelas escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes, bem como os clubes esportivos que contratam atletas oriundos dessas escolas, ou que subsidiam, de alguma forma, esses estabelecimentos.

9. Incentivar a agregação de escolas de formação de atletas crianças e adolescentes a clubes esportivos.

10. Adotar medidas punitivas para aqueles que descumprirem essas determinações, como descredenciamento de entidades esportivas, fechamento de escolas de formação de atletas, entre outras cabíveis, na forma da legislação.

O presente termo de compromisso fica sujeito a monitoramento e cobrança por parte de toda a sociedade



civil, meios de comunicação em geral e pelos agentes operadores dos direitos da criança e do adolescente, podendo ser denunciado a qualquer momento pelo seu descumprimento.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.”

Assinam: Erika Kokay, Presidenta; Liliam Sá, Relatora; e José Maria Marin, Presidente da CBF.

Bom, feito esse esclarecimento, este pacto constará do relatório.

E, antes de encerrar, com a palavra a Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Muito obrigada, Sra. Presidente. Eu quero, neste momento, parabenizar V.Exa., Deputada Erika Kokay, pelo brilhante trabalho desempenhado nesta Casa, pela eficácia, pelas lutas, pela conquista, por tudo aquilo que V.Exa. propôs nesta CPI e por tudo aquilo que conseguimos alcançar. De igual forma, quero fazer meu registro, aqui, à Deputada Liliam Sá, como Relatora, também pelo excelente trabalho, pela brilhante atuação e parabenizar esta Comissão por termos rodado parte do País. Tive a oportunidade de ter V.Exas. lá no Estado do Acre, acompanhando vários casos de abuso sexual, de violência contra menores. Quero parabenizá-las especificamente pelo excelente trabalho em relação aos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Amazonas. Esta Comissão marcou a história do Parlamento, desta Casa, de uma forma muito contundente e salutar. Esta CPI tem deixado um legado muito importante nos Anais desta Casa, por isso quero parabenizá-las. Parabenizo a Deputada Liliam também pelo esforço e toda a equipe desta CPI por ter apresentado a esta Casa, no dia de hoje, esse relatório final dos trabalhos da CPI. Com certeza, nós vamos comemorar isso no plenário da Câmara Federal, o que muito orgulha as brasileiras, as mulheres trabalhadoras, as mães de família, as donas de casa, as eleitoras do nosso País, que acreditam na capacidade intelectual, na capacidade das lutas, na capacidade das conquistas de todas nós que aqui representamos o Parlamento. É motivo de muita honra, de muita alegria, saber que esta CPI foi presidida e foi relatada por mulheres que aqui representam tão bem o Parlamento. Faço questão de ressaltar o excelente trabalho, como disse, de V.Exa.



Fiquei muito feliz aqui, quando a Deputada Erika Kokay também ressaltou essa questão da proposta de emenda constitucional que consta da pag. 656 do Relatório final, que muito enaltece, com certeza, essa condição alcançada. É tudo do que o nosso País precisa, eu acredito, porque não dá para se admitir, não dá para conviver com esses abusos contra as nossas crianças neste País, que praticamente residem em meio aos Parlamentares, juizes, pessoas importantes, empresários, policiais, membros de Ministério Público ou parentes de autoridades envolvidíssimos nesses casos de pedofilia, de abuso contra as nossas crianças do nosso País.

E, principalmente, o que me motiva ainda parabenizar esta CPI foram as últimas palavras da Deputada Liliam Sá, quando demonstrou a sua preocupação em relação à nossa Copa — evento que vamos prestigiar em todo o País, agora bem próximo, ainda neste mês de junho —, ao turismo sexual contra as crianças, adolescentes e jovens do nosso País.

Eu acredito que a nossa Presidenta Dilma, o Ministro da Justiça e todas as autoridades competentes desse setor deveriam focar a segurança das nossas crianças, dos nossos adolescentes e jovens, de uma forma mais contundente, porque nós sabemos que a maioria desses turistas que vão adentrar o nosso País também têm como foco essa questão da exploração sexual, a partir do momento que consta mundialmente que o Brasil está em quarto lugar nessa vergonha pública do *ranking* de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Isso é uma vergonha, lamentavelmente! Como mulher, como mãe de família, refuto essa condição. E nós precisamos, Deputada Erika e Deputada Liliam, esta CPI precisa acertar e conversar com a nossa Ministra Ideli, como a senhora bem trouxe aqui a nossa a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, para deixar isso muito bem claro, porque vamos enfrentar um momento de muita adversidade no nosso País, partindo do princípio de que pessoas estrangeiras vão entrar neste País com esse objetivo. Então, nós temos que conclamar, nós temos que alertar as autoridades para que façam uma campanha maciça em todo o nosso País acerca da proteção das nossas crianças.

Dessa forma, eu quero deixar o meu registro, deixar aqui também a minha satisfação por ter feito parte desta CPI e dizer que V.Exas. estão de parabéns e que muito honram este Parlamento. Então, parabéns! Com certeza, vamos ter êxito no



Congresso, na Casa, e vai ficar registrada a participação de mulheres comprometidas com a verdade, com a respeitabilidade e com a questão da ordem, da decência e, principalmente, da proteção das nossas crianças do nosso País.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Antônia Lúcia.

Passo a palavra para a Deputada Liliam ler o *e-mail* e, em seguida, vamos para o encerramento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada, Deputada Antônia Lúcia por suas palavras. Eu sei que V.Exa. também é uma pessoa comprometida com a questão da criança e do adolescente e da proteção integral.

Bem, nós recebemos um *e-mail* datado do dia 3 de junho.

“Excelentíssimas Senhoras Deputadas,

De ordem, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Rafael de Araújo Romano, prestamos informações referentes ao Procedimento Investigatório dos Autos nº 0003606-63.2014, em que são partes como denunciados: Manoel Adail Amaral Pinheiro, Eduardo Jorge de Oliveira Alves, Elias do Nascimento Santos, Anselmo do Nascimento Santos, Francisco Erimar Torres de Oliveira e Alzenir Maia Cordeiro. Na data de hoje, foi julgado o Acórdão proferido por esse Relator, sendo recebida, por unanimidade, pela Corte Estadual, a denúncia oferecida pelo Ministério Público do Amazonas.

Salientamos ainda que, em breve, será designada a oitiva de testemunhas.

Respeitosamente,

Elizabeth Brasil de Lima, Assessora Jurídica.

Desembargador Rafael de Araújo Romano, Vice-Presidente do TJ/AM.”

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Enfim, é o trabalho da CPI, árduo, mas, enfim, que teve a sua efetividade. Então, antes de encerrar, eu só vou



consultar os membros desta Comissão se podemos considerar a ata da presente reunião como aprovada.

Os Deputados e Deputadas que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A proposta foi aprovada. Portanto, fica considerada como aprovada a ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todas e de todos. Digo que este relatório nós encaminharemos ao Procurador-Geral da República. Nós estaremos agendando reunião para entregar ao Procurador-Geral da República, ao Presidente da Câmara Federal, ao Governo Federal, ao Executivo, à Presidenta da República, à Secretária de Direitos Humanos e encaminharemos, ainda, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Seriam os Poderes a que nós vamos encaminhar. Obviamente vamos ofertá-lo também para as entidades, particularmente para o CONANDA e para as entidades que foram parceiras nessa construção.

Eu quero agradecer, antes de encerrar, além de todas as pessoas aqui já citadas e particularmente a quem contribuiu, a quem fez esta CPI, que são os servidores e as servidoras, a servidora Maristela Carvalho, e também a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Até porque foi uma salvaguarda para que nós pudéssemos ter as condições de colher os depoimentos.

Nós tivemos algumas pessoas, alguns adolescentes, algumas famílias em proteção pelo Programa de Proteção, a partir da presteza — da presteza — da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Eu quero agradecer muito especialmente também ao CONANDA, ao Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, aos parceiros da sociedade civil em todos os locais. E eu gostaria de citar o membro do Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Renato, que esteve conosco, nos acompanhando, passo a passo, no Estado do Amazonas.

Então, com esses agradecimentos reiterados e não havendo mais nada que possa ser tratado, eu agradeço a presença de todos, declarando encerrada a presente reunião e encerrados os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.